

# RESENHA: Gramsci e seu “infinito laboratório”

Por Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos\*

BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*, São Paulo: Alameda, 2008.

O objetivo desse texto é resenhar um recente livro de Alvaro Bianchi, Prof. Dr. do Departamento de Ciência Política da Unicamp: “O laboratório de Gramsci”. O autor há algum tempo tem a preocupação intelectual com o pensamento do comunista italiano Antonio Gramsci. Seu primeiro livro publicado, uma dissertação de mestrado, versava sobre o pensamento empresarial em perspectiva afim ao autor italiano, aquela da formação da hegemonia (BIANCHI, 2001). Uma extensa produção se seguiu na trajetória acadêmica de Bianchi, com a publicação de vários artigos que contemplavam resultados parciais sobre a pesquisa referente à obra de Gramsci. Entre eles, destaque-se “Croce, Gramsci e a ‘autonomia da política’” (BIANCHI, 2007), como parte de um dossiê sobre o autor italiano que Bianchi organizou para a *Revista de Sociologia e Política* da Universidade Federal do Paraná.

Por que mais um livro e uma pesquisa sobre Gramsci? O que há de novo para justificar tal empreendimento? Alvaro Bianchi enfrentou tal questionamento no decorrer de suas investigações sobre o comunista sardo. Afinal, ao que parece, tudo já se disse sobre suas elaborações acerca da hegemonia e da sociedade civil, do bloco histórico, do papel da cultura e dos intelectuais orgânicos. A proposta do livro é a oposição justamente ao senso comum vulgarizador em torno de tais categorias, normalmente constitutivas de um novo encarceramento além daquele enfrentado por Gramsci no período fascista - para usar uma metáfora do próprio Bianchi (2008).

No esteio desse raciocínio sobre o senso comum mencionado, caberiam algumas perguntas: seria Gramsci aquele que reconciliou o marxismo com a política, uma vez que o primeiro teria o predomínio do econômico? Não seria justamente Gramsci o autor de uma perspectiva analítica diversa daquela do materialismo histórico ao enfatizar os aspectos referentes à cultura? Caberia o crédito ao autor dos *Quaderni del Carcere* por propugnar uma perspectiva democrática e liberal

que enfatize a hegemonia - e, portanto, o consenso na sociedade civil - por oposição ao caráter coercitivo do Estado? Não são essas, de modo algum, as trilhas seguidas por Alvaro Bianchi em seu livro “O laboratório de Gramsci”.

Reduzir o marxismo à economia é uma perspectiva das mais vulgares de sua interpretação. Não existe o Gramsci da economia ou o Gramsci da política, separadamente, como já sustentou aquele que apresentou o comunista italiano ao nosso autor, o seu ex-orientador, o professor aposentado da Unicamp, Edmundo Fernandes Dias (2006). A distinção entre economia e política e entre cultura e outras perspectivas é também apenas metodológica. Gramsci foi forte crítico das apreensões mecanicistas, fatalistas, economicistas e deterministas do materialismo histórico. Como propõe o subtítulo do livro, a obra carcerária de Gramsci proporciona uma unidade entre história, filosofia e política. Em sua obra carcerária, o objeto privilegiado por Gramsci é a política.

Fosse possível desvincular economia e política, teoria e prática, abrir mão da totalidade dos processos históricos e sociais em perspectiva mais ampla como pano de fundo das análises, estar-se-ia prescindido não somente do caráter marxista da obra gramsciana, como também da ligação da sua vida e obra como um todo, vinculada à perspectiva de diagnóstico e intervenção no âmbito do materialismo histórico. Nesse sentido, não se faz leitura pós-moderna, liberal ou social-democrata de Gramsci - formas interpretativas bastante em voga. O livro de Bianchi contempla a trajetória de Gramsci de modo coerente, estabelecendo nexos com a obra e militância comunista de seu período pré-carcerário, embora tal momento não seja objeto da reflexão da obra. Dentro da perspectiva mais ampla de não cindir teoria e prática, há que se lembrar que o livro faz parte de um programa de pesquisa mais amplo vislumbrado por Bianchi, que buscaria estudar importantes militantes que

buscaram formular um critério explicativo conjunto à sua prática no que tange à análise das sociedades do leste europeu. Antonio Gramsci seria um destes autores (BIANCHI, 2000); todavia, a preocupação com o estudo de Gramsci por Bianchi vai bem além.

A estrutura de alguns dos capítulos do livro sugere que algumas distinções atribuídas a Gramsci só fazem sentido do ponto de vista metodológico, ponto cuidadosamente trabalhado em seu texto com diferentes categorias do comunista sardo. Opõe-se não somente àquele senso comum desprovido de acuracidade que traz novo aprisionamento do comunista italiano, como também àquelas leituras dominantes, notadamente de cunho liberal. Assim, categorias gramscianas, muitas vezes abordadas de modo estanque, aqui são entendidas na sua organicidade dialética. Tal unidade é contemplada em títulos dos capítulos do livro: “Estrutura/Superestrutura”, “Estado/Sociedade Civil”, “Guerra de movimento/Guerra de posição”, “Revolução/Restauração”.

Segue-se uma breve amostra deste último raciocínio sobre os capítulos em questão.

Uma pretensa “teoria das superestruturas” no pensamento gramsciano, no dizer de Norberto Bobbio, é um dos pontos rebatidos por Bianchi. Bianchi reafirma a importância do nexo da superestrutura com a estrutura (BIANCHI, 2008, p. 133) como ponto de maior relevância a partir da centralidade do prefácio de 1859 à *Contribuição da Crítica à Economia Política*, de Marx, para seu pensamento.

Normalmente, Gramsci é apresentado como teórico da democracia liberal e do consenso no que tange à sociedade civil - tese que retoma elementos da interpretação de Bobbio e permite uma aproximação com o conceito congênere na perspectiva habermasiana. Bianchi mostra como os próprios escritos gramscianos articulam uma unidade dialética entre a sociedade política e a sociedade civil. A apropriação gramsciana da metáfora maquiaveliana do centauro nos coloca essa unidade: sem a parte ferina e sem a parte humana, o personagem mitológico não existe. A coerção, normalmente associada ao Estado, não está confinada a este. Bianchi lembra o argumento de alguns autores referentes à *bad civil society* - o desenvolvimento de práticas e grupos autoritários e violentos no seio da sociedade civil, como ocorrera na República de Weimar e no período do fascismo

na Itália - e dos cadernos carcerários do próprio Gramsci que remetem à violência nos domínios privados para sustentar que não é só o consenso que opera neste âmbito (BIANCHI, 2008, p. 179-180, 197-198).

As metáforas envolvendo a guerra de posição e a guerra de movimento conduzem a um raciocínio não esquemático sobre a luta política. A unidade entre ambas está caracterizada no entendimento de Gramsci de que a opção por uma não implica no cancelamento da outra (BIANCHI, 2008, p. 207). A primeira, característica da luta revolucionária no “Ocidente” - outra metáfora, uma vez que aqui o referencial não é geográfico. O “Ocidente” remete à luta política em sociedades civis mais complexas. A segunda, tal como ocorrera na Rússia, implica em conjuntura histórica diversa do primeiro caso. Cabe ressaltar também que a distinção entre “Ocidente” e “Oriente” também é metodológica.

A unidade entre revolução e restauração remete à categoria gramsciana de revolução passiva, “traduzida” a partir da abordagem original do historiador napolitano Vincenzo Cuoco (BIANCHI, 2008, p. 255-256). Um processo passivizador das demandas de parcela dos grupos subalternos em um contexto de reformas, revoluções ou guerras, com ênfase em perspectiva coercitiva do Estado, com acordo entre uma fração dominante ascendente modernizadora e outra fração dominante conservadora; a cooptação modernizadora com atendimento a demandas de alguns grupos subalternos no quadro de uma hegemonia incompleta. Tal categoria ocupou um papel central no empreendimento gramsciano da análise da história europeia e italiana (BIANCHI, 2008, p. 255).

Os títulos mencionados dos capítulos conduzem linhas de argumentos relevantes para compreender não somente Gramsci em perspectiva rigorosa, como também uma importante contribuição no sentido de apreender algumas de suas fontes na elaboração de seu *opus* prisional. Tais fontes são significativas para a compreensão de Gramsci em perspectiva mais ampla. Algo que transcenda, no caso do Brasil, o escopo tradicionalmente circunscrito somente a Maquiavel no âmbito da cultura italiana. Autores referenciados no livro, como Gentile, Guicciardini, Croce, Gioberti, Cuoco, De Sanctis, são exemplares de toda uma gama de referências, fontes de Gramsci, e ligados, de algum modo, à cultura italiana. Todos

ou quase todos desconhecidos do público brasileiro, mas trabalhados ao longo do argumento desenvolvido por Bianchi em seu livro. Essa contribuição é uma das mais marcantes para justificar a confecção dessa obra.

Completa esse esforço de Alvaro Bianchi, a atenção aos estudos mais recentes contemplados em toda uma literatura, particularmente italiana, que abarca seminários sobre o léxico gramsciano, as suas fontes, enfim, tudo o que poderia ser resumido em poucas palavras em uma metodologia genético-diacrônica que busca reconstruir tanto quanto possível a gênese do pensamento do autor italiano em pauta. A discussão de toda a distorção da obra gramsciana proporcionada pelas antologias e edições temáticas que sugerem falsamente um trabalho sistemático concretizado na prisão é ponto principal. No sentido contrário, Bianchi aponta justamente o cuidado que se deve ter com a obra prisional gramsciana; seus diferentes ritmos de elaboração, suas distintas temporalidades e o movimento interno de seu desenvolvimento, incompleto e não sistemático; cuidados relevantes como incorporação e reelaboração de categorias por Gramsci em seu “laboratório” penitenciário, como, por exemplo, o uso de aspas para conceitos estranhos ao seu arcabouço conceitual; posteriormente, a incorporação por Gramsci de tais conceitos em uma nova “tradução” - uma adaptação para um contexto cultural e histórico particular (BARATTA, 2004, p. 234) - e reformulação sem as mencionadas aspas (BIANCHI, 2008, p. 52). Outro ponto é a importância do uso da edição crítica organizada por Valentino Gerratana e publicada a partir de 1975, na qual se evidencia o caráter fragmentário e inconcluso dos seus cadernos carcerários e a distinção da primeira redação nos textos classificados como “A”, na primeira redação, “C”, na segunda redação, e “B”, em redação única - todos esses pontos apenas como alguns exemplos.

Tão incompletos como sua obra, os caminhos deixados por Gramsci e seu “laboratório” não têm fim, devido à provisoriedade (BIANCHI, 2008, p. 301) dos resultados da pesquisa reiterada pelo próprio Bianchi e pela potencialidade já expressa e a ser ainda mais desenvolvida pelo legado da obra do comunista sardo ●

#### Referências

- BARATTA, G. *As rosas e os cadernos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- BIANCHI, A. *Croce, Gramsci e autonomia da política*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, p. 15-30, nov. 2007.
- BIANCHI, A. *Hegemonia em construção*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BIANCHI, A. *O laboratório de Gramsci*, São Paulo: Alameda, 2008.
- BIANCHI, A. *O primado da política*. Outubro, São Paulo, n. 5, p. 101-115, 2000.
- DIAS, E. F. *Política brasileira*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

\* Professor Adjunto I do Mestrado em Ciência Política da UFPI; coordenador de grupo de estudos e pesquisas sobre Gramsci na mesma universidade; bolsista e pesquisador visitante do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).